

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O USO DE UM CONCEITO COMO SUBSÍDIO À CONSOLIDAÇÃO DE UMA CIDADANIA ECOLÓGICA

Kally Alves de Sousa¹

Resumo:

Este artigo se propõe a resgatar o surgimento do pensamento ecológico e como suas várias vertentes, representadas por distintos movimentos ambientalistas, incentivaram a construção do conceito “desenvolvimento sustentável”. Para tanto, fez-se uma breve abordagem teórica e histórica do conceito “desenvolvimento sustentável” e como a construção do mesmo permitiu a consolidação de uma cidadania ecológica.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, cidadania ecológica, movimentos ambientalistas

Abstract:

This article intends to rescue the emergence of the ecological thought and how its several ramifications which were represented by different environmentalist movements have motivated the construction of the concept known as “sustainable development”. For that, a brief theoretical and historical approach of the concept was done. It was also studied the elements that allowed the consolidation of an ecological citizenship.

Key words: Sustainable development, ecological citizenship, environmentalist movements

As questões ambientais gradativamente ocupam lugar de destaque nas discussões globais. A degradação do meio, resultado de uma efetiva ação antropogênica, constitui-se temática central nas discussões de conferências e encontros internacionais para o meio ambiente. O problema ultrapassa a visão simplista de conservacionismo e preservacionismo, inicialmente pregada pelos primeiros movimentos ambientalistas.

Os atuais modelos de desenvolvimento econômico e, principalmente, o modo de produção capitalista são apontados como responsáveis pela alarmante situação ambiental. Sabemos que associar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental é para muitos uma tarefa dispendiosa, quando não impossível. Tanto os países desenvolvidos quanto os que estão em desenvolvimento enfrentam a problemática, entretanto, em níveis e condições diferenciadas. A complexidade dos problemas ambientais nos leva a repensar o espaço e a forma como o homem o utiliza em função do seu bem social. Correlacionarmos a qualidade de vida com um meio

¹ Bióloga e Mestre em Geografia (Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão Ambiental) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do Grupo de Pesquisa em Balanços e Equilíbrios no Meio Ambiente (Linha de Pesquisa: Balanços de Material e de Energia em Sistemas Ambientais) do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Professora da Fundação Carmelitana Mário Palmério de Monte Carmelo –MG (FUCAMP).

ambiente saudável significa também buscarmos o equilíbrio sócio-econômico com meio ecologicamente equilibrado.

A busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado com a possibilidade de desenvolvimento econômico resultou na criação da expressão “desenvolvimento sustentável”. Tal expressão é relativamente recente e possui delineamentos característicos para as diferentes linhas de pensamento. Podemos afirmar, mesmo que sucintamente, que todas as definições procuram, de alguma forma a busca pela qualidade de vida do cidadão, desde que a mesma seja assegurada a longo prazo. Esta garantia da qualidade de vida, se acompanhada de uso racional dos recursos naturais, por um período maior, terá como conseqüência a consolidação de uma cidadania ecológica com vias à manutenção de vida das gerações futuras. Para que se inicie um “desenvolvimento sustentável” é necessário conhecermos todos os agravos ocorridos e os não ocorridos a fim de que se estabeleçam parâmetros para a auto-sustentação.

Vale ressaltar que a década de 1960 foi marcada por uma expansão das preocupações públicas pelos problemas sócio-ambientais globais. A concepção atual da expressão “desenvolvimento sustentável” se deu por esta trajetória.

Na primeira seção do texto resgatamos o surgimento do pensamento ecológico e como suas várias vertentes, representadas por distintos movimentos ecológicos, incentivaram a efetivação de uma consciência ecológica no mundo e no Brasil. Descrevemos o caráter inicial das primeiras manifestações ambientalistas chegando ao perfil dos atuais movimentos ambientalistas. Dando continuidade, na seção seguinte, exporemos uma breve abordagem teórica e histórica do conceito de “desenvolvimento sustentável” e como as principais concepções políticas e científicas contribuíram para a construção desse conceito. Finalmente, na última seção discutiremos a importância da inserção dos vários autores na construção de um desenvolvimento sustentável que leve à consolidação de uma verdadeira cidadania ecológica.

O caráter e a definição das manifestações ambientais no mundo e no Brasil

O pensamento ambientalista não é recente: remonta ao século XVIII. Expresso, entretanto, numa visão romântica e bucólica, idealizava a vida simples rural e criticava a sociedade industrial que surgia. Concomitantemente a este período aparecem naturalistas como

Von Linné, na Suécia, e G. White, na Inglaterra. O pensamento ambientalista defendia a idéia de que a ciência moderna era a responsável pela cisão histórica consumada entre a natureza e a cultura humana, além disso, a ciência moderna se apropriava dos mecanismos da natureza, tratando-a como mero objeto a ser investigado e controlado (PEPPER, 1986; WORSTER, 1979; O'RIORDAN, 1981 citados por HERCULANO, 2002).

Já o termo ecologia foi empregado pela primeira vez por Ernest Haeckel por volta da segunda metade do século XIX, designando uma ciência que estudava a economia da natureza ou as relações existentes entre os organismos e o meio ambiente. O surgimento da ecologia inicialmente esteve vinculado à idéia de preservacionismo e posteriormente ao conservacionismo das espécies e do meio ambiente natural, restringindo-se suas discussões ao meio científico. A ecologia enquanto movimento só se estrutura na década de 1950 deste século, devido às pressões humanas sobre o meio ambiente e com o possível comprometimento da qualidade de vida dos povos (PORTILHO, 2002).

Posteriormente, novos segmentos e setores vão se inserindo ao movimento ecológico, cada qual motivado por diferentes fatores:

No decorrer dos anos 60-70, a ecologia, ciência praticamente monopolizada pelos naturalistas e biólogos, é apropriada pelos geógrafos, sociólogos, economistas, arquitetos e urbanistas que a aplicam ao ecodesenvolvimento (...). Por sua vez, os gestores, os agentes de desenvolvimento, os financistas e os políticos aprofundam o questionamento. Alguns dentre eles conservam, todavia a perspectiva ecológica e orientam-se no sentido da ecodécisão (...) (PIERRE DANSEREAU, 1999, p. 299-300).

Para Viola; Leis (1995) duas tendências de ordem mundial foram marcantes para a emergência do movimento ambientalista global: o enfraquecimento de ideologias e forças políticas estadistas diante das liberais (o mercado supera a força do Estado) e a intensificação dos problemas ambientais.

Herculano (2002) categoriza o pensamento ambientalista contemporâneo em ordem cronológica em algumas vertentes ou correntes de pensamento como apresentamos a seguir: **a vertente alternativa** que promove a recusa do mundo moderno à sua ciência, tecnologia e estilos de vida e, ainda, de uma firme crítica ao Estado e ao industrialismo totalitários, tanto no sistema capitalista quanto comunista; **a vertente neo-malthusiana** centrada na preocupação de se limitar

o crescimento da população humana terrestre com o objetivo de evitar o comprometimento da qualidade de vida; **a vertente zerista** que propõe o movimento de crescimento populacional zero como única alternativa de evitar a degradação ambiental causada pelas altas taxas demográficas; **a vertente marxista** que delega como culpado o consumismo excessivo, de interesse da política capitalista, tida como responsável pela degradação ambiental. Calca-se no combate ao modo de produção capitalista; **a vertente verde**, que surgiu como antipartido em 1983, em campanha eleitoral na Alemanha, propõe a descentralização, o não-consumo, o ativismo, o pacifismo, a ética, a distribuição do trabalho e das riquezas. Criticam tanto o capitalismo quanto o comunismo, ambos igualmente responsáveis pelo industrialismo degradador e pelo produtivismo economicista, inspiram-se nos movimentos libertários (Anarquistas); **a vertente fundamentalista** apresenta-se com uma visão ecocêntrica, não-antropocêntrica. A espécie humana é apenas uma forma de vida dentre as demais. Apóia-se na Hipótese de Gaia² e, por último, **a vertente eco-tecnicistas (tecnocentrista)**, espécie de ambientalismo que acredita na superação da crise ambiental através do desenvolvimento tecnológico; tem um caráter de “ecodeformação”, pois destitui a questão ambiental de características humanísticas, culturais e sociais em favor de componentes essencialmente técnicos.

Jacobi (2002) aponta a formação de redes sociais como o grande marco de consolidação dos movimentos ambientalistas tanto no mundo quanto no Brasil. As desigualdades sociais devido à nova ordem mundial propiciam a formação das “identidades de resistência” e das “identidades de projeto” (CASTELLS, 1999 citado por JACOBI, 2002). A crise ambiental global é convertida em processos sociais, o que permite a consolidação cada vez maior de uma consciência ecológica.

O grande ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de fóruns e redes que têm importância estratégica para ativar, expandir e consolidar o caráter multissetorial do ambientalismo. Em alguns setores ocorre a incorporação de uma multiplicidade de atores, como é o caso das experiências de participação na gestão de preservação da biodiversidade através da formação de redes. As redes se fortalecem no plano político e institucional, sendo cada vez mais reconhecidas pela sociedade como pelos governos, sendo crescentemente solicitada a participar dos processos decisórios.

² Hipótese criada por James Lovelock, que postula o planeta Terra como Gaia, um grande ser vivo, considerado como um sistema de autocontrole. Para maiores esclarecimentos sobre a Hipótese de Gaia consultar LOVELOCK, J.E. 2000. Gaia: um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: THOMPSON W. I. **Gaia**: uma teoria do conhecimento. São Paulo: Gaia, p. 77-90.

Têm estimulado parcerias que potencializem ações que articulam o poder público local com associações de moradores para pensar o desenvolvimento sócio-econômico. Nos últimos anos diversas ONGs têm concentrado parte significativa das suas atividades na coleta e sistematização de informações estratégicas sobre a função dos ecossistemas a partir de levantamentos completos e detalhados sobre impactos do processo de devastação e desflorestamento. A sua capacidade de diagnosticar áreas de risco que vinculam aspectos ambientais aos sócio-espaciais possibilita uma influência crescente na formulação de políticas públicas sustentadas na adoção de cautelas ambientais (JACOBI, 2002, não paginado).

No Brasil, os antecedentes do ambientalismo datam de 1958, período da criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e também vinculava o perfil preservacionista e conservacionista dos primeiros movimentos ambientalistas internacionais.

Gonçalves (1989) fez um breve comentário sobre o caráter inicial do ambientalismo brasileiro. Discute sua emergência enquanto movimento no Brasil num contexto histórico-cultural bastante específico. Em suas palavras:

No Brasil, o movimento ecológico emerge na década de 1970 em um contexto muito específico. Vivia-se sob uma ditadura que se abateu de maneira cruel sobre diversos movimentos como o sindical e o estudantil. A nossa esquerda de então acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia fundamentalmente à ação do imperialismo, que tinha como aliado interno a oligarquia latifundiária. Essa era a razão do atraso e da miséria em que vivia o povo brasileiro e, em decorrência, deveríamos nos bater por uma revolução antiimperialista, de caráter popular, e com o apoio de setores da burguesia nacional (...) entretanto, tecnocratas brasileiros, participantes de seminários e colóquios internacionais, declaram que a 'pior poluição é a da miséria' e tentam atrair os capitais estrangeiros para o país (...) antes que houvesse enraizado no país um movimento ecológico, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os ansiados investimentos pudessem aqui aportar (...), porém a lógica destas instituições é determinada pela política global de atração de investimentos e não pelo valor intrínseco da questão ambiental (GONÇALVES, 1989. p. 13-15).

O caráter e dinâmica do movimento ambientalista brasileiro segundo Viola; Leis (1995) pode ser apresentado em duas distintas seções: **a primeira (1971-1985)** que abrangeu a fase conceituada como bissetorialista e pela definição da problemática como simplesmente proteção ambiental e **a segunda (1988-1991)**, que abrange a fase recente do ambientalismo caracterizada pelo multissetorialismo e pela redefinição da problemática como desenvolvimento sustentável. Os mesmos autores identificam em cada década a adesão de um novo segmento às preocupações ambientais.

Na década de 50 essas preocupações estavam restritas aos meios científicos e na década de 60 surgem os movimentos sociais, através das ONGs. A partir da década de 70 evidencia-se o ecologismo dos políticos. Já a década de 80 marca o princípio do ecologismo dos setores econômicos e na década de 90, concomitantemente a um novo contexto econômico internacional e com a globalização da economia, surge o ambientalismo empresarial com engajamento já firmado.

Inicialmente, as manifestações ambientais brasileiras estiveram confinadas à região Sul-Sudeste, onde algumas campanhas obtiveram até um enfoque nacional, a saber: campanha de desmatamento da Amazônia (1978), a luta contra a inundação de Sete Quedas no Rio Paraná (1979-1983), a luta contra construção de usinas nucleares (1977- 1985), a luta pela aprovação de leis contra o intensivo uso de agrotóxicos (1982-1985). O caráter preservacionista e conservacionista é evidente, o que configura uma realidade limitada e pouco eficaz da problemática ambiental. Só mais tarde é que os movimentos ambientalistas brasileiros, por influência de movimentos internacionais, deixam exclusivamente o perfil denunciador e começam a questionar que a degradação ambiental está também associada a fatores como o crescimento da população mundial, o excessivo consumo de bens não-duráveis, o uso insustentável dos recursos naturais e o deficiente nível de saneamento básico (VIOLA; LEIS, 1995).

Jacobi (2002) descreve que a expansão do ambientalismo no Brasil pode também ser entendida pela associação de dois fatores: o desenvolvimento das tecnologias de informação e a notabilidade pública resultante da democratização. A expansão em direção às preocupações sócio-ambientais torna-se possível na segunda metade da década de 1980; assim, a questão ambiental, devido à inserção de vários setores, assume um papel de destaque. A emergência da sociedade e dos autores civis foi ponto marcante na construção de uma mobilização ambiental brasileira.

Diante do exposto, vê-se que a consolidação de uma consciência ecológica foi efetivada após as passagens acima descritas. Assim, o movimento ambiental inicialmente confinado aos meios científicos e institucionais ganhou um caráter mais popular e social, na medida em que as redes sociais se ampliaram. No Brasil podemos destacar o evento da RIO-92 como um dos fatores desencadeadores dessa popularidade. A expansão dos movimentos ambientalistas

procurou relacionar o crescimento econômico com a conservação e preservação da natureza – o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável: breve abordagem teórica e histórica do conceito

Após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, o planeta sofreu uma bipartição entre os Estados Unidos e a União Soviética, cada pólo com influências delimitadas. O eventual crescimento econômico e bélico da URSS, decorrente de distintas fases de planejamento (o Comunismo de Guerra de 1918-21, a Nova Política Econômica Leninista de 1912-1928 e os planos quinquenais stalinistas) foi interpretado pelas nações capitalistas como uma singular ameaça, com riscos à expansão capitalista. A prosperação soviética, graças à nacionalização dos bens estatais, à regulamentação do consumo e da produção juntamente com a coletivização da agricultura e incentivo à pequenas empresas fez com que os EUA criassem estratégias para barrar ainda mais essa expansão comunista. O Plano Marshall representou uma destas estratégias e tinha como proposta a modernização das sociedades “atrasadas” da Europa destruídas pela guerra. Com isso, tem-se início a década do desenvolvimento. Técnicos do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) dos EUA propunham a modernização das sociedades “atrasadas” como forma de construir uma sociedade internacionalmente “aberta” (HERCULANO, 2002).

Os objetivos práticos eram manter uma hegemonia americana frente à expansão soviética e ao mesmo tempo promover uma nova divisão internacional do trabalho. As políticas desenvolvimentistas delineavam distintamente o que era uma sociedade “atrasada” e o que deveria ser uma sociedade “moderna”. Os atributos de uma sociedade moderna se encaixavam perfeitamente nos moldes da sociedade americana.

As políticas desenvolvimentistas americanas sofreram grandes críticas quando passaram a ser examinadas sob as óticas política e cultural. Um exemplo é a publicação do “Mito do Desenvolvimento Econômico” de Celso Furtado, em que o enfoque dependentista se juntaria a uma profunda análise ecológico-política, denunciando a idéia de desenvolvimento com sendo uma estratégia eficiente “para mobilizar os povos da periferia a aceitar sacrifícios, legitimar a destruição de suas culturas e justificar as formas de dependências” (FURTADO, 1974, p. 75 citado por HERCULANO, 2002).

A impraticabilidade deste modelo de desenvolvimento é denunciado pelo Relatório Brundtland, que o designa como insuportável e insustentável e responsável pelo contínuo empobrecimento de grandes parcelas da população global. No entanto, autores como Brüseke (1995) enfatizam que o relatório delega espaço diminuído à crítica da sociedade industrial e aos países industrializados, amenizando a ação antropogênica, mas que, sem dúvida, foi um dos grandes precursores na construção do conceito de desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento. Segundo Brüseke (1995, p. 29-34) os seguintes eventos foram igualmente importantes para a construção de um conceito alternativo de desenvolvimento:

- A contribuição do Clube de Roma (1972): com a divulgação da Tese dos Limites do Crescimento por Dennis L. Meadows et al (1972) propõem que para se alcançar a sustentabilidade econômica e ecológica é necessária a paralisação do crescimento da população global e do capital industrial;
- O surgimento da expressão *Ecodesenvolvimento*: utilizada pela primeira vez em 1973 por Strong como uma concepção alternativa de política do desenvolvimento e, posteriormente, em 1976, por Sachs a quem coube a formulação dos princípios básicos do ecodesenvolvimento (satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, participação popular, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, elaboração de um sistema social e programas de educação);
- A declaração de Cocoyok (1974): resultado da reunião entre a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) promoveu a discussão da relação meio ambiente e desenvolvimento, em que a destruição ambiental era conseqüência do consumo exagerado dos países industrializados e da pobreza dos países em subdesenvolvimento;
- O relatório Dag-Hammarkjöld (1975): aprofundamento das questões debatidas na declaração de Cocoyok; ambos expressavam uma confiança no desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças (*self-reliance*);
- A Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) no Rio de Janeiro em 1992: aumento dos interesses mundiais sobre a questão

ambiental; entretanto, sofreu críticas devido à restrição dos EUA em assinar os acordos estabelecidos.

Todos os eventos acima citados contribuíram de alguma forma para a construção do conceito “desenvolvimento sustentável”, entretanto, como observa Carvalho (1994), a definição do termo “desenvolvimento sustentável” expressa claramente as divergências e contradições internas do paradigma neoliberal em se praticar o próprio “desenvolvimento sustentável”. Predomina a construção de um conceito em direção à ordem dominante, no caso, a concepção neoliberal.

Rohde (1995) já acha possível a construção de um conceito de desenvolvimento sustentável tomando por base princípios científicos extraídos dos recentes avanços nos paradigmas e teorias científicas. Como princípios científicos Rohde (1995, p.48-50) enumera: princípio de contingência, princípio de complexidade, princípio de sistêmica, princípio de recursividade, princípio de conjunção e princípio de interdisciplinaridade. Além dos princípios científicos, os princípios éticos, sociais e econômicos são igualmente importantes para a construção da sustentabilidade. Já para Barbieri (1997), a definição de desenvolvimento sustentável é simples e basicamente estaria acoplada na caracterização da qualidade do que é sustentável, passando a incorporar o significado de manutenção e conservação infinita dos recursos naturais.

Para Romeiro (2001, p. 8) “as dificuldades desse entendimento revelam-se não apenas nas incontáveis definições de desenvolvimento sustentável, como também nas diferenças de interpretação de uma mesma definição”. Para o autor as duas correntes principais de interpretação seriam: a) a chamada *economia ambiental* - consiste em que considerar os recursos naturais não representam, em longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia, mas que a economia funciona sem recursos naturais (visão de infinitude dos recursos naturais) e b) *economia ecológica* - a sustentabilidade do sistema econômico não é possível sem estabilização dos níveis de consumo *per capita* de acordo com a capacidade de carga do planeta em longo prazo; analisa como fazer com que a economia funcione considerando a existência destes limites.

Fazendo uma revisão pertinente da bibliografia verificamos que a construção da expressão “desenvolvimento sustentável” sofreu e ainda sofre grandes influências, pois seu conceito,

continuamente, estará sujeito a modificações. Entretanto, tais modificações, na maior parte das vezes, seguirão as concepções econômicas e políticas dominantes.

A construção de um “desenvolvimento sustentável” que vise à consolidação de uma cidadania ecológica

Para o sociólogo inglês Marshall, a conquista pelos direitos de cidadania sofreu represálias pelos grupos dominantes, entretanto, foram incorporados e construídos na seguinte ordem cronológica: cidadania civil (séc. XVIII), cidadania política (séc. XIX), cidadania social e econômica (séc. XX). A cidadania ecológica com direito ao meio ambiente saudável e a uma garantia de qualidade de vida ainda é um desafio para o século XXI (MINC, 1997).

Sabemos que as concepções de Marshall foram duramente criticadas. Autores como Roche as classificaram como apolítica, outros, como Turner, de evolucionista e etnocentrista, mas ambos refutaram sua colocação dos direitos civis no começo. As novas concepções de cidadania expressam a necessidade urgente de desvinculação das classes dominantes e do Estado, propõem a constituição de sujeitos sociais ativos que definam quais são os seus próprios direitos (VIEIRA; BREDARIOL, 1998). Para Leonardi (1995), a transnacionalização das instituições, a ocidentalização do mundo, a desterritorialização e o declínio das metrópoles são componentes presentes na sociedade mundial contemporânea e também temos consciência de que a libertação destes componentes asseguraria o exercício de uma verdadeira cidadania.

Percebemos que o modo de produção capitalista aliado à políticas neo-liberais alterou e ainda altera profundamente os padrões de consumo e as várias formas de exercício da cidadania. As identidades sociais passaram a se definir pela maneira como incorporaram a idéia de consumo. O entendimento do conceito de cidadania passa a ser ligado à compreensão da identidade social e suas formas de expressão. Quando tratamos, por assim dizer, de uma cidadania ecológica, esta deve ser vinculada ao desenvolvimento de uma ética coletiva e não de uma ética individualista e hegemônica e que a mesma seja capaz de interferir efetivamente nos modos de produção e não exclusivamente nas adequações ambientais de tecnologias industriais. A verdadeira cidadania ecológica é assim consolidada: modos de produção com vias ao desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do Estado-nação.

Boff (1996) citado por Portilho (2002), vai mais longe ao definir a cidadania ecológica, colocando-a em um patamar “alternativo” de democracia *ecológico-social* onde todos os seres são incorporados na busca pela sustentabilidade. Ele caracteriza também o controle e a gestão dos recursos naturais de modo democrático que implicou no surgimento de uma democracia ecológico-social, em que os cidadãos não são apenas os seres humanos, mas todos os seres vivos.

O trecho a seguir expressa claramente sua posição frente à construção de uma cidadania, a qual supera uma visão de antropocentrismo, pois o homem é parte integrante da natureza e não seu centro como prega a cultura ocidental, e isso pode ser observado em suas palavras: “todos os seres são também cidadãos, sujeitos de direitos, de serem respeitados como outros em sua alteridade, em sua existência, em sua vida, em sua comunhão conosco e com o nosso destino e em seu futuro, que pode até independe de nós” (BOFF, 1996, p. 90 citado por PORTILHO, 2002).

É sabido que o meio ambiente é um bem coletivo; entretanto, a garantia da cidadania ecológica não está somente em reconhecer o valor da preservação e conservação dos recursos naturais, mas também a busca da cidadania está em requerer um desenvolvimento econômico e social capaz de atender ao homem de modo coletivo e igualitário e o único caminho possível para este desenvolvimento é torná-lo sustentável.

Vimos assim que vários episódios contribuíram para a construção de um conceito de “desenvolvimento sustentável”. A emergência dos movimentos ambientalistas, juntamente com a realização de eventos de grande magnitude, permitiam e permitem o exercício da cidadania ecológica. Evento como a Rio-92 promoveu o desencadeamento de reações mais efetivas para se alcançar a sustentabilidade, com isso ocorreu a participação popular, talvez ainda em caráter incipiente e lento.

É importante ressaltar que uma melhor abordagem sobre a inserção dos vários autores na consolidação de um “desenvolvimento sustentável” será possível após uma profunda análise dos debates e encontros ocorridos durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) em setembro de 2002. Temos conhecimento de que a consciência ambiental em nível global pode ser utopia, mas a mobilização de parcelas significativas já é possível.

Referências Bibliográficas:

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARBOSA, S. R. da C. S. Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA P, F. (Org). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 193-210.

BRÜSEKE, F J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. cap. 2. p. 29-40.

CARVALHO, H. M. **Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável**. 1994. Disponível em: < <http://ns.rc.unesp.br/igce/ceapla/biblioteca/index.html>> Acesso em: 20 ago. 2002.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. 148p. (Coleção Temas Atuais).

HERCULANO, S. C. **Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz**. 2002. Disponível em: < [http://www.ufpa.br/numa/numainforma/artigos/v5_n09_set_2003.htm#Do%20desenvolvimento%20\(in\)suportável%20à%20sociedade%20feliz|outline](http://www.ufpa.br/numa/numainforma/artigos/v5_n09_set_2003.htm#Do%20desenvolvimento%20(in)suportável%20à%20sociedade%20feliz|outline)> Acesso em: 19 jul. 2002.

JACOBI, P. R. **Meio ambiente e redes sociais**: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. 2002. Disponível em: <<http://www.fboms.org.br/doc/Meio%20ambiente%20e%20redes%20sociais.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2002.

LEONARDI, M. L. A. A sociedade global e a questão ambiental. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. cap. 11. p. 195-207.

MINC, C. **Ecologia e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1998. 128p. (Coleção Polêmica)

PIERRE DANSEREAU. Uma preparação ética para a mudança global. In: VIEIRA, P. F.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Ecologia humana, ética e educação**: a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999. p. 299-300.

PORTILHO, F. **Consumo “verde”, democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?** 2002. Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2002.

ROHDE, G. M. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. cap. 3. p. 41-53.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/download/texto102.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2002.

VEIRA, L.; BREDARIOL, C. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 171p.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA P, F. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 73-102.